

## **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **REQUERIMENTO N° , de 2015.**

**(do Sr. Edmilson Rodrigues)**

“Requer que seja realizada Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a Nova Cartografia Social na Amazônia”

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública para debater o projeto da Nova Cartografia Social na Amazônia - PNCSA, conduzido por pesquisadores e estudantes de diversas universidades nos Estados amazônicos.

Deverão ser convidados a participar da reunião:

- Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade Estadual do Amazonas – UEA;
- Professora Dra. Jurandir Novaes, da Universidade Federal do Pará – UFPA;
- Representante de comunidades impactadas na Região da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, do Rio Madeira e de hidrelétricas projetadas (Tapajós);
- Representante de comunidades impactadas na Região da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- Representantes de comunidades impactadas pelas agroindústrias (acácia manja; acácia mangium; eucalipto, arroz e soja), nos Estados do Paraná, Maranhão, Pará (Marajó) e Mato Grosso;
- Representantes de Quebradeiras de Coco babaçu afetados por empreendimentos agropecuários e de infraestrutura;
- Representantes de povos indígenas que demandam reconhecimento afetados por empreendimentos pecuários e de infraestrutura;
- Povos de Terreiro atingidos pela especulação imobiliária em Belém, Manaus, São Luis e Tabatinga;
- Povos de Faxinais;
- Povos Ciganos;
- Comunidades de Fundo de Pasto afetados pelo Matopiba;
- Pescadores artesanais afetados pela pesca comercial e pelos projetos de infraestrutura;
- Pesquisadores do PNCSA

## **JUSTIFICATIVA**

Estão em pauta na Câmara Federal diversas proposições que tratam da demarcação de terras e territórios de povos e comunidades tradicionais. Além da PEC 215/00, tramitam a PEC 132/11, que trata de indenizações do Estado a fazendeiros pela terra nua, o PL 1610/96, que trata de mineração em terras indígenas, o Código de Mineração (PL 37/2011) e outros PLs que discutem instituições e mecanismos de garantia de direitos à terra e território.

Neste contexto, não poderia ser mais pertinente trazer à Câmara uma discussão sobre como os próprios povos e comunidades tradicionais enxergam seus territórios. É isso que propõe o importantíssimo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, conduzido por uma equipe composta por 19 doutores (em Antropologia, Direito, Geografia, Biologia, Sociologia e História), 14 doutorandos, 22 mestres, 16 mestrando, 7 especialistas 12 bacharéis e 10 bacharelados, além de mais de 1.800 agentes sociais. À frente deste projeto está o professor Dr. Alfredo Vagner, da Universidade Estadual do Amazonas.

O objetivo deste projeto, como ele se coloca, é “*dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas. Estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. A força deste processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto. A cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a auto-afirmação social.*

”

Desta forma, convido os demais deputados a aprovarem este requerimento e a participarem desta importante audiência na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sala das Comissões, em 2 de outubro de 2015.

**EDMILSON RODRIGUES**

**Deputado Federal – PSOL/PA**